

A divisão entre os Estados já começou

Os governadores se reuniram, pela manhã, com o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, divididos pela proposta do governo federal para a rolagem da dívida. Os mais endividados rejeitaram a sugestão, e o paulista Orestes Quércia chegou a considerá-la "uma bomba atômica sobre São Paulo". Os que devem menos foram favoráveis, e Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte, deu o troco a Quércia: é preciso uma bomba atômica para destruir São Paulo, mas só um petardozinho já extermina os Estados do Nordeste.

Num discurso político, Waldyr Pires lembrou que os percentuais diferenciados para a rolagem da dívida favoreciam a Bahia, mas solidarizou-se com os companheiros dos estados maiores penalizados pela proposta. "O mais importante é a nossa unidade", disse Pires, alertando para as tentativas de divisão do movimento que, no meio da reunião, já era evidente: de um lado, os grandes devedores, como o próprio Quércia, Newton Cardoso (MG) e Pedro Simon (RS); de outro, os menos comprometidos, como Epitácio Cafeteira (MA), Henrique Santillo (GO) e Geraldo Mello (RN).

A posição do governo federal, representado na reunião por Cafeteira e Santillo, não era pela radicalização. Santillo, que estivera antes com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, disse inclusive que os ministros Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, eram contra a forma diferenciada no tratamento das dívidas estaduais. "O Sarney teve que fincar pé", contou o governador goiano, reclamando o testemunho de Tarcísio Burity, da Paraíba, que também conversara com o presidente. Burity balançou a cabeça, confirmando a informação.

Cafeteira se apresentou como o autor da proposta, que defendeu como justa para os estados. Santillo foi o porta-voz dessa mesma proposta, a pedido de Sarney. Os dois também deram o mote para que fosse tirada uma comissão para conversar com o presidente especificamente sobre o caso dos cinco estados mais endividados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Segundo Cafeteira e Santillo, o presidente aceitaria contrapropostas para os estados que, pelas novas regras, sugeridas por ele, deveriam rolar uma percentagem menor de suas dívidas, pagando mais do que os outros.

"Parecia o bloco dos grandes devedores contra a miséria", brincou depois Tarcísio Burity. E o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), que estava presente à reunião, confirmou: "Os governadores dos pequenos estados ou manifestaram-se a favor da proposta do governo ou ficaram em silêncio. Como sabemos, quem cala, consente..."

Milton Reis provocou, aliás, uma rara manifestação de Ulysses na reunião. Como um magistrado — o encontro era em sua casa — o presidente do PMDB limitava-se a distribuir a palavra, mas não resistiu quando o deputado, que chegou bem atrasado, quis propor, extemporaneamente, critérios para a escolha da comissão que iria ao palácio. "Este assunto está discutido, resolvido e encerrado", cortou Ulysses. Orestes Quércia, o mais irritado, foi um dos que se recusaram a participar dessa comissão. Moreira Franco, do Rio, acabou como representante dos grandes.

Qualquer referência a rompimento com o governo esteve ausente da reunião, mas Miguel Arraes, de Pernambuco, saiu de seu silêncio no final para dizer que a situação dos Estados era gravíssima. E propôs:

— Se o presidente não resolver, vamos ter que tomar uma posição. E em conjunto.

IBC perde fortuna em causa trabalhista

Freqüentemente incluído nas listas de órgãos a serem extintos pelo governo, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) volta à cena com mais um rombo: vai ter que pagar 3.642.966 OTN's (hoje, Cz\$ 13,7 milhões) em indenizações trabalhistas a 20 ex-funcionários do extinto Departamento Nacional do Café. A causa tramita na Justiça há mais de 30 anos, e o IBC já foi condenado — com sentença transitada em julgado — a ressarcir os ex-funcionários, nove dos quais já morreram e são representados por seus herdeiros. O IBC tenta apenas protelar o pagamento nessa pendenga judicial em que três advogados dos reclamantes também morreram sem solucionar a questão. Segundo o advogado Carlos Bastos, o IBC perdeu a causa em 1971, e usa artifícios jurídicos para adiar o pagamento.